

#### ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA

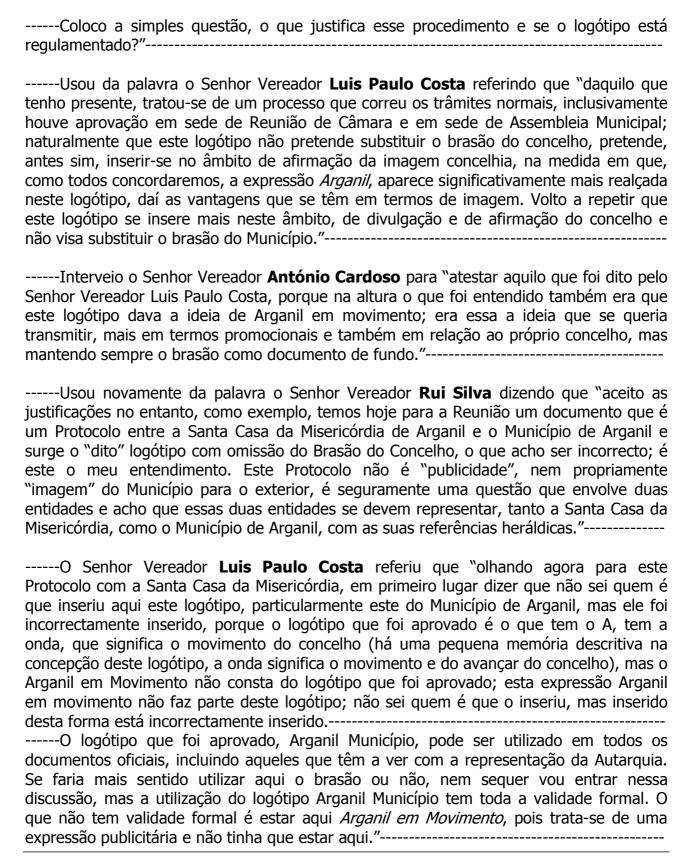
**EM** 

#### **16 DE AGOSTO DE 2011**

#### ACTA Nº 17

# PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA







#### ORDEM DO DIA

O Senhor Vice-Presidente apresentou, de imediato, a seguinte Ordem de Trabalhos:
ORDEM DE TRABALHOS:
Seguidamente o Senhor Vice Presidente da Câmara, Avelino Pedroso, propôs ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto do art. 83º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro e nos termos do Regimento em vigor, reconheça a urgência da deliberação sobre o assunto abaixo indicado:
<b>1 – De "O Lagar do Alva, Restaurante Bar, Lda,</b> com sede em Côja, ofício a solicitar a anulação da sua candidatura ao concurso público de exploração do Restaurante, Bar e Loja de Conveniência da Unidade de Apoio ao Parque Municipal de Campismo do Sarzedo
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a inclusão na Ordem do Dia do referido assunto

#### Capítulo Primeiro

#### Aprovação de Acta

-----PRIMEIRO: Discussão e aprovação da **Acta nº 16**, correspondente à reunião ordinária, realizada no dia **2** de **Agosto de 2011.**------Lida que foi em voz alta, analisado o seu conteúdo e produzidos os esclarecimentos necessários, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos Vereadores Senhores Avelino de Jesus Silva Pedroso, António Gonçalves Cardoso e Luis Paulo Carreira



Fonseca da Costa, aprovar a **Acta nº 16** correspondente à reunião ordinária realizada no dia **2 de Agosto de 2011.**-----

#### Capítulo Segundo

#### **Diversos**

PRIMEIRO: Apreciação e votação do Protocolo a celebrar entre a Câmara
Municipal de Arganil e a Santa Casa da Misericórdia de Arganil
reproduzido, para todos os efeitos legais e se anexa cópia à acta.
Pediu a palavra o Senhor Vereador <b>Rui Silva</b> referindo que "registo de forma positiva e com agrado e sempre defendi a utilização da Feira do Mont'Alto como congregadora de todas as feiras periféricas que foram nascendo ao longo dos tempos; a história da Feira do Mont'Alto é sobejamente longa e consolidada para mostrar isso e para nós respeitarmos o termo em si
Todavia, em relação a alguns pontos do Protocolo, tenho algumas notas que gostaria de apresentar; logo no primeiro parágrafo, onde diz "quer a componente cultural e quer a componente económica" eu diria simplesmente componente cultural e componente económica, para o texto não ficar tão "pesado"; ainda neste parágrafo, substituía Beira Serra por Local e Regional, porque neste momento ninguém sabe muito bem a que corresponde este termo; acho que o termo Regional tem uma abrangência diferente e mais sólida do que o termo Beira Serra
No 4º parágrafo, onde se refere <i>outros certames foram surgindo</i> ; eu poria <u>foram sendo associados</u> ; lembro-me que quando nasceu a Ficabeira, antes de ser inserida na Feira do Mont'Alto, foi bem pensada e não surgiu ao acaso. Ainda no mesmo parágrafo, <i>sem esquecer contudo, a importância da tradição</i> ; eu diria <u>sem abdicar da tradição secular na preservação da memória colectiva e da história das comunidades da Região</u> No 6º parágrafo, faria um ajuste do texto, pois acho esta designação extensa demais
Isto são apenas propostas, os Senhores Vereadores tomarão as opções que entenderem
Tenho ainda outra questão a colocar relativamente à cláusula quarta: eu acabaria a frase em "de tais procedimentos", porque o resto penso ser desnecessário

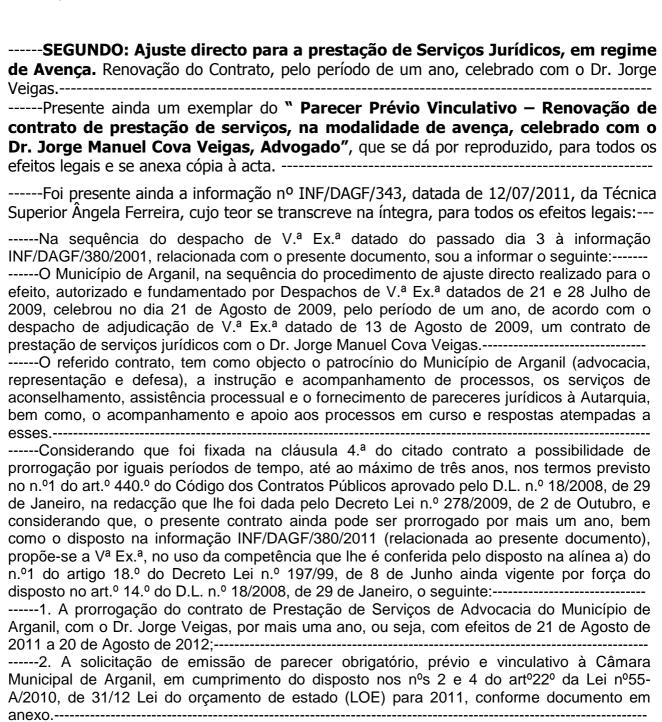


-----Analisado o assunto em apreço e prestados todos esclarecimentos, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo em apreço e conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara, Engo Ricardo Pereira Alves para, em nome da Autarquia, proceder à outorga do referido documento.





-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-------





-----Nos termos do disposto no n.º2 do art.º 22.º da referida Lei do orçamento de Estado, "Carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.os 64 - A/2008, de 31 de Dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de Abril, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:----------a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;-----------b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica."-----------De acordo com o n.º3 do citado artigo, O parecer previsto no número anterior depende da:---------a) Verificação do disposto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.os 64 -A/2008, de 31 de Dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de Abril:----------b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental;---------c) Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1."----------Tal como refere o n.º4, "Nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 2 é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número anterior, bem como da alínea b) do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3 -B/2010, de 28 de Abril."-----------Mais se refere no n.º6 do já citado art.º 22.º, que "São nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados sem o parecer previsto nos n.os 2 a 4." Os termos e tramitação do referido parecer são regulados pela Portaria referida no n.º 1, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3- B/2010, de 28 de Abril.--------Ora, dispõe o artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril que; "Sem prejuízo dos requisitos referidos nas alíneas c) e d), do n.º 2, do artigo 35.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, a celebração de contratos de tarefa e avença depende de prévio parecer favorável do órgão executivo relativamente à verificação do requisito referido na alínea a), do n.º 2, do mesmo artigo, sendo os termos e a tramitação desse parecer regulados por Portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Autarquias Locais, das Finanças e da Administração Pública."--Até à presente data a referida portaria ainda não foi publicada.----------A Portaria nº4-A/2011, de 03 de Janeiro, "regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, com a redacção conferida pela Lei n.º 3 -B/2010, de 28 de Abril." Sendo que, nos termos do seu art.º 2.º "Os termos e tramitação previstos na presente portaria aplicam -se a todos os contratos de aquisição de serviços, nomeadamente nas modalidades de tarefa e de avença e ou cujo objecto seja a consultadoria técnica, designadamente jurídica, arquitectónica, informática ou de engenharia, celebrados por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro."-----------Assim, o parecer prévio vinculativo a que se referem os n.ºs 2 e 4.º do já citado art.º 22.º da LOE deve ser instruído com os seguintes elementos, cabendo à Câmara Municipal,



enquanto órgão executivo, conceder ou não, o parecer favorável para a renovação do citado contrato:
a) Descrição do contrato e seu objecto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado, bem como a inconveniência do recurso a modalidade de relação jurídica de emprego público constituída ou a constituir;
b) Declaração de confirmação de cabimento orçamental;
algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2.º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum;
persona do quanti va cimica contrativa contrativa contrativa contrativa contrativa contrativa contrativa contrativa del prevista no artigo 19.º da Lei n.º55-A/2010, de 31/12, juntando elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objecto e ou contraparte. − Este elemento não se aplica ao caso em concreto, considerando que se trata de uma avença e o valor a pagar mensalmente é inferior a 1.500,00€, conforme dispõe o n.º1 do art.º 69.º do D.L. n.º 29-A/2011, de 1 de Março, o qual estabelece as normas de execução do orçamento de Estado para 2011
Cumpre-me ainda informar que, o encargo resultante da renovação do citado contrato é de 10.800,00€ (dez mil e oitocentos euros), a que corresponde um valor mensal de 900,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o montante total de 13.284,00€ (treze mil, duzentos e oitenta e quatro euros) e está prevista no plano plurianual de investimentos, tendo cabimento para o presente ano económico no orçamento municipal no Capítulo 010107 – pessoal em regime de tarefa ou avença, com a verba disponível de 20.000,00€ (vinte mil euros), conforme informação de cabimento anexa
À Consideração Superior



-----O senhor **Vice-Presidente** disse ainda que "também não põe em causa a isenção do seu exercício e também não foi problema no passado, como já foi referido."------

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador Senhor Rui Miguel da Silva, emitir parecer prévio vinculativo, relativamente à renovação do contrato de prestação de serviços jurídicos com o Dr. Jorge Manuel Cova Veigas, em cumprimento do disposto nos nos 2 e 4 do art. 22, da Lei no 55-A/2010, de 31 de Dezembro, instruído nos termos do documento anexo.





-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.----------O Senhor Vereador Rui Miguel da Silva apresentou a seguinte declaração de voto:----------Na reunião de 5 de Janeiro, com base na Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alertei e coloquei em dúvida a legalidade na contratação por Ajuste Directo, "avença", dos serviços do Dr. Jorge Manuel Veigas, por não estar constituído em pessoa colectiva. Foi-me respondido ao tempo, pelo Senhor Presidente, que tal situação estaria enquadrada no regime "excepcional", previsto na Lei, justificação esta que não me convenceu.----------Actualmente, a lei 55-A/2010, obriga a que tal contratação seja precedida de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal, evitando o pedido de autorização aos membros do Governo, das Finanças e da Administração Pública, conforme exclusivamente previsto na lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.----------Todavia, a presente proposta mantém a contratação do Senhor Dr. Jorge Manuel Veigas, constituído em pessoa singular.---------Assim, há incumprimento da alínea b) do nº 2 do art. 35º, sendo que, a meu ver, não há razões que justifiquem "ser impossível ou inconveniente" a contratação de uma pessoa colectiva, porque com sede no Concelho de Arganil existe e possam existir gabinete(s) que cumpram esse quesito".----------TERCEIRO: Projecto "IN EUROPE" - Inclusão e Oportunidades para os **Europeus de Arganil.** Atribuição de Bolsas de Mobilidade – 2ª Fase.----------Presente a informação nº GFEGQ/21/2011, datada de 03/08/2011, da Técnica Superior Maria do Carmo Neves, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:----------Com a aprovação do projecto IN EUROPE - Inclusão e Oportunidades para os Europeus de Arganil, a Agência Nacional para a Gestão do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida, através do Programa Sectorial Leonardo da Vinci, atribuiu ao Município de Arganil uma subvenção no valor de 52.256,00 €, destinada a co-financiar os custos subjacentes à execução de 2 Mobilidades, designadamente os custos com a respectiva organização, com a preparação pedagógica, cultural e linguística (incluindo um curso de língua), as viagens e a subsistência dos participantes (onde se inclui o alojamento, os transportes locais, os transfers, o seguro e o dinheiro de bolso). ----------Neste âmbito e após a realização da 1.ª Mobilidade, que ocorreu entre Fevereiro e Maio transactos e que possibilitou a 5 jovens a realização de estágios com a duração de 14 semanas em Espanha (Sevilha) e em Cracóvia (Polónia), segue-se agora a 2.ª Mobilidade, a

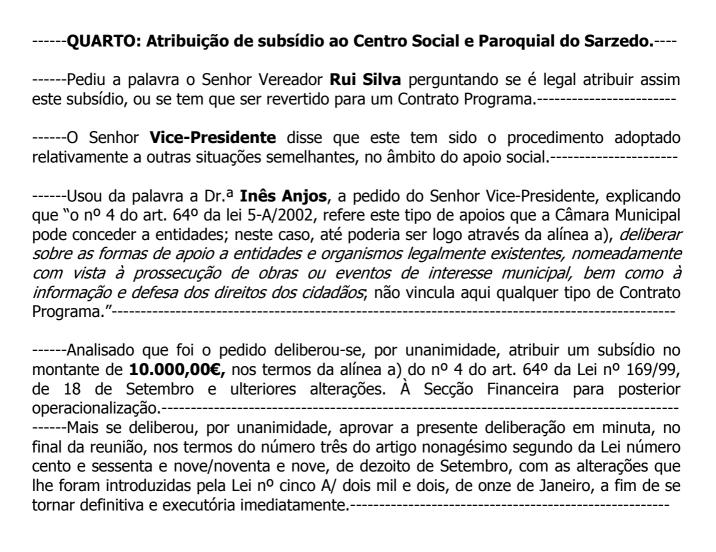


IN EUROPE - 2.ª MOBILIDADE		Curso de Língua	Viagens	Subsistência	Total	
Itália	António Jorge Pereira Dinis		320,00€	388,61 €	3.571,39€	4.280,00 €
	Carla Isabel Pereira Alves		320,00 €	388,61 €	3.571,39 €	4.280,00 €
	Diana Carina Gaspar Duarte		320,00€	388,61 €	3.571,39€	4.280,00 €
	Hélder Alexandre Relvas Paulo		320,00€	388,61€	3.571,39€	4.280,00 €
	Luís António Dias Nogueira		320,00€	388,61 €	3.571,39€	4.280,00 €
Sub-Total		Total	1.600,00€	1.943,05€	17.856,95 €	21.400,00 €
República Checa	Ana Filipa Rodrigues Soares		293,30 €	401,40€	3.477,30 €	4.172,00 €
	Bruno Miguel Simões Martins		293,30 €	401,40€	3.477,30 €	4.172,00 €
	Fátima Cristina Almeida Costa		293,30 €	401,40€	3.477,30€	4.172,00 €
Sub-Total		Total	879,90 €	1.204,20 €	10.431,90 €	12.516,00 €
Total 2.ª Mobilidade		2.479,90 €	3.147,25€	28.288,85 €	33.916,00 €	





lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.----



#### Capítulo Terceiro

#### **Expediente**



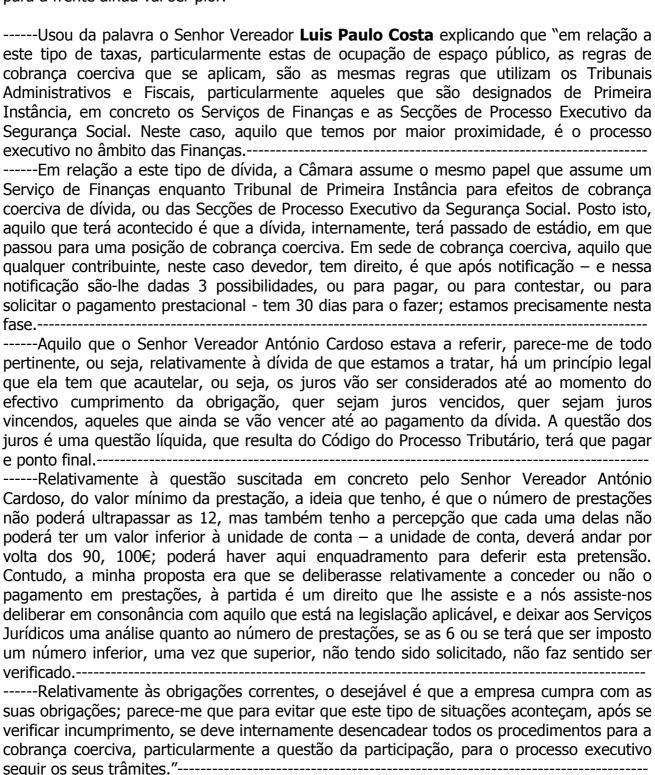


Povoação de Vale de Maladão:
Rua do Caminho da Moenda;
Rua dos Cabeços;
Rua dos Combatentes do Ultramar;
Rua das Carvalhas;
Rua da Cerca;
Rua Raul Oliveira Neves
Povoação de Cadavais:
Rua Lopes da Costa;
Povoação de Couços:
Rua António Júlio de Carvalho
<b>SEGUNDO: De Eduardus Sociedade Unipessoal, Lda,</b> com sede em Arganil, a requerer o pagamento em prestações do montante em dívida, referente à ocupação da via
pública com esplanada, junto ao seu estabelecimento comercial, denominado Eduardus Bar, sito na Av. Das Forças Armadas, vila de Arganil
O Senhor <b>Vice-Presidente</b> explicou que "está aqui uma estimativa dos valores em débito, referentes a 7 meses, totalizando 1.045,80€, a que acresce o valor de juros de mora e custas de processo. O Senhor Eduardo requer o pagamento em 6 prestações."
Usou da palavra o Senhor Vereador <b>António Cardoso</b> referindo que "como consta dos documentos, é um atraso no pagamento desde 2010; várias vezes o Eduardus tem sido notificado no sentido de, a tempo e horas, cumprir com as suas obrigações, simplesmente vai protelando todos esses pagamentos e daí este acumulado. Penso que há um valor mínimo que é obrigatório pagar; queria propor a aprovação do pagamento em prestações, mas tendo em atenção que o mínimo seja devidamente pago e, em função disso, se o mínimo der para 3 meses, devem ser 3 prestações e não 6, não dilatar o prazo. A Câmara deverá dar um sinal de contemporização; não há dúvida nenhuma que existe crise, mas este processo já vem de 2010, são 7 meses de atraso e têm seguido ofícios constantes para o Senhor Eduardo, no sentido de cumprir com as suas obrigações. Só agora, quando lhe foi enviado novo ofício a informar que o processo ia para execução fiscal é que vem requerer este pagamento em prestações."
Pediu a palavra o Senhor Vereador <b>Rui Silva</b> dizendo que "há uma questão que coloco, com alguma pertinência: se até agora ele não pagou, será que daqui para a frente vai pagar? Se não pagou porque não tinha dinheiro, como vai ser daqui para diante? Penso que o Senhor Vereador devia aprofundar o assunto com o requerente, porque a manter-se, daqui a uns tempos estaremos novamente na mesma situação. Talvez encontrar-se um sistema de negociação que salvaguarde os interesses das partes e o cumprimento das

obrigações. Relativamente aos juros, há que acumular juros nesse pagamento diferido.



Reconheço que a situação não está fácil, mas acho que, se desde 2010 não paga, daqui para a frente ainda vai ser pior."------





#### Capítulo Quarto

#### **Requerimentos Diversos**



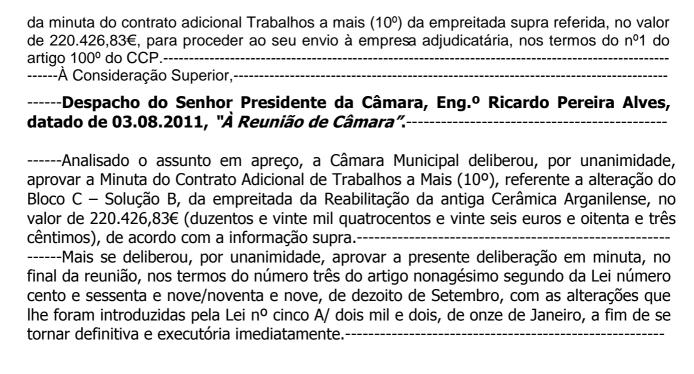
cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

#### Capítulo Quinto

#### **Empreitadas**

-----PRIMEIRO: Reabilitação da antiga Cerâmica Arganilense. Proposta para aprovação da Minuta do Contrato Adicional de Trabalhos a Mais (10º), referente a alteração do Bloco C - Solução B.----------Presente a informação nº INF/DGU/422, datada de 03/08/2011, da Técnica Superior Carla Neves, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:----------A empreitada supra referida foi adjudicada à empresa Telhabel Construções S.A. por deliberação de reunião de Câmara do dia 4/09/2009, pelo valor da sua proposta de 5.181.491,60€ (cinco milhões, cento e oitenta e um mil, quatrocentos e noventa e um euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução de 30 meses.----------Por deliberação de Câmara de 5/07/2011, foi aprovada a alteração ao bloco C, com base na proposta solução B (INF/DGU/320).----------Assim, face à proposta solução B, foram aprovados trabalhos a mais no valor total de 220.426,83€, sendo o valor de 188.027,99€ a preços contratuais e o valor de 32.398,24€ a preços acordados face aos valores propostos pela fiscalização. Consequentemente foram também aprovados trabalhos a menos no valor total de 174.831,64€.----------Perante o exposto, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 98º do CCP, aprovado pelo Decreto Lei Nº18/2008 de 29 de Janeiro, propõem-se à Câmara Municipal a aprovação





#### Capítulo Sexto

#### Assuntos Incluídos na Ordem do Dia

(art. 83 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações)

-----PRIMEIRO: De "O Lagar do Alva, Restaurante Bar, Lda, com sede em Côja, ofício a solicitar a anulação da sua candidatura ao concurso público de exploração do

Restaurante, Bar e Loja de Conveniência da Unidade de Apoio ao Parque Municipal de Campismo do Sarzedo
Usou da palavra o Senhor Vereador <b>António Cardoso</b> lamentando "que o esforço todo que temos feito ao longo do tempo, no sentido de manter uma unidade a trabalhar e que era importante, essencialmente no Verão, para o Parque de Campismo, de avanço en avanço acaba sempre por concluir-se que as coisas não andam, não por vontade da Câmara, mas porque os operadores avançam para a adjudicação, ganham o concurso e depois vêm dizer que não são capazes de dar cumprimento a esse mesmo acordo. Isto e preocupante para nós, os montantes aqui em causa também não são montantes elevados e para um operador hoteleiro no nosso concelho, pensamos que não era motivo para tal. O que quero realçar é que a nível da Câmara lamentamos que isto aconteça porque o nosso propósito era manter o restaurante a trabalhar e mais uma vez ficamos pendentes da vontade dos operadores."



-----Analisado que foi o pedido, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, a

2011, nos termos do no	de adjudicação, tomada em reunião c º 2 do art. 86º e do nº 1 do art. 9 	1º do Código dos Contratos
	ENCERRAMENTO	
reunião quando eram on que eu, Odete Maria F	endo a tratar, o Senhor Vice-Presido ze horas e trinta minutos, para consta Paiva Fernandes, redigi e vou assin	ar se lavrou a presente acta ar, junto do Senhor Vice-